

PORTUGAL E ANGOLA COOPERAÇÃO E CULTURA: “AQUILO QUE NOS UNE”

Começo por uma saudação muito especial à LiAfrica e à Casa de Cultura Angolana Welwitschia.

Saúdo todos os presentes, por serem todas pessoas comprometidas com este relacionamento tão importante e tão singular entre os nossos dois países, que aliás para muitos dos presentes são também os dois países de cada um, pessoalmente.

Uma palavra de grande reconhecimento à Eduarda Ferronha, lutadora incansável por esta causa que é a proximidade dos nossos dois povos, e igualmente para o Vítor Ramalho, que traz este compromisso na sua forma de estar em Portugal e em Angola ao longo de toda a vida. Partilho convosco também a enorme satisfação por estar aqui com o meu Pai, de quem herdei a consciência de que Angola faz parte de nós, na nossa família e na nossa sociedade.

As fases do relacionamento: a maturidade aos 47 anos de idade

Permitam-me que comece a minha intervenção com uma reflexão breve sobre a relação entre Portugal e Angola ao longo destes 47 anos de independência.

A guerra civil angolana teve lugar a milhares de quilómetros de Portugal, mas a qualidade de antiga colónia, e sobretudo a forma caótica do período da descolonização, levaram a que essa guerra fosse sentida como algo de muito próximo. Quando falo de descolonização caótica, não faço nenhuma crítica aos protagonistas da época, porque não creio que pudesse ser de outra maneira, após décadas de uma política colonial cega e incapaz de compreender os ventos da história, e num quadro de bipolaridade do sistema internacional. Angola nasceu como país independente já com uma guerra em curso, e a generalidade dos portugueses de forma transversal nunca deixaram de sentir que tinham algo a ver com essa realidade.

Essa primeira fase do relacionamento Portugal-Angola, que dura até aos Acordos de Bicesse em 1991, é uma fase de grandes paixões em Portugal, em que os portugueses assumiam as suas preferências quase como se fossem preferências futebolísticas: as lealdades não se discutiam, a razoabilidade não entrava na conversa: ou se apoiava um lado ou se apoiava o outro.

De algum modo, o Acordo de Bicesse representam não só um acordo entre angolanos, mas também uma reconciliação dos portugueses consigo próprios no que toca a Angola. Provavelmente por ter havido um importante envolvimento português no processo que levou a Bicesse, uma boa parte da população portuguesa terá sentido que Portugal tinha feito aquilo de que não era capaz 16 anos antes, quando se deu a descolonização. Tanto em Portugal como em Angola, viveram-se momentos de grande alegria, e apesar de todas as complexidades e dificuldades, aquele ano e meio até às eleições foi um tempo de enorme esperança. Eu diria que essa é a segunda fase do relacionamento Portugal-Angola.

Quando Savimbi recusou os resultados eleitorais e regressou à guerra em 1992, a situação alterou-se bastante. Durante a década da segunda guerra civil que vai de 1992 a 2002, já não se viveu o conflito com o mesmo tipo de proximidade. Aqueles que tinham alguma ligação especial a Angola naturalmente que se mantiveram muito atentos e preocupados, a diplomacia portuguesa manteve-se ativa mas, para a população em geral, Angola deixou de fazer parte das suas conversas quotidianas. Talvez porque as causas imediatas do regresso à guerra não envolviam Portugal, registou-se um certo grau de distanciamento psicológico durante essa década. Esta terceira fase foi, portanto, uma fase de algum afastamento relativo, em que o quadro de guerra não propiciava a proximidade e a interação.

A quarta fase e a quinta são difíceis de distinguir com uma data precisa ou um acontecimento marcante que faz a separação das águas, que julgo ter acontecido há alguns anos atrás.

A quarta fase, logo a partir de 2002, é um período de intensificação das relações entre os dois países, com uma recuperação económica em Angola que é fruto do dividendo da paz e dos elevados preços do petróleo. Milhares de portugueses rumam a Angola, como empresários, pequenos ou grandes, trabalhadores, e até em alguns casos simples aventureiros. Angola retomou no imaginário português o lugar que ocupou em diversos outros momentos históricos, e voltámos novamente a ter uma presença permanente de Angola nas nossas conversas, nas nossas televisões e na nossa realidade económica.

A grave crise económica que afetou o mundo e Portugal em particular a partir de 2008/9 veio apenas acentuar essa relevância de Angola para Portugal e para os portugueses. Ao mesmo tempo, a evolução político-económica de Angola durante aquele período afetou a natureza e a qualidade da experiência de vida dos portugueses em Angola. Inevitavelmente, a densidade do relacionamento trouxe algumas tensões, algumas fricções de natureza superficial e essencialmente no plano privado das relações económicas, e

outras fricções mais profundas que por determinados períodos de tempo ensombraram o relacionamento entre os dois países.

Eu diria que neste período mais recente vivemos a quinta fase, do relacionamento entre os nossos países, que é uma fase de maturidade e de serenidade. Entre Portugal e Angola haverá sempre elevado calor humano, e esse calor leva por vezes a um sobre-aquecimento, tal como acontece por vezes dentro de famílias, entre casos ou entre amigos próximos. Mas a característica central desta fase atual não é essa, mas antes uma outra, e que eu diria que está bem refletida no título deste evento hoje: a característica central desta fase, que espero que seja muito duradoura, é simplesmente a consciência de que aquilo que nos une é infinitamente mais importante do que aquilo que nos separa. A serenidade que mencionei nada tem a ver com aquela que resulta da indiferença. É antes a serenidade de dois países que já viveram muita coisa no seu relacionamento e que têm consciência que pode haver sobressaltos ou problemas, aliás é muito provável que os haja, precisamente devido à densidade do relacionamento, mas têm igualmente consciência que esses sobressaltos serão forçosamente passageiros.

Todos nós, e sobretudo aqueles que temos responsabilidades governativas, temos a obrigação de ter a

proximidade e o compromisso e a dedicação, que nos permitem realizar o enorme potencial deste relacionamento, e ao mesmo tempo o distanciamento – não em relação ao outro país mas em relação aos acontecimentos – que nos permitem compreender que para além dos sobressaltos há todo um caminho conjunto muitíssimo valioso. Creio que essa é a fase em que nos encontramos agora, é uma boa fase, e há que tirar proveito dela.

Permitam-me que olha agora para algumas das componentes do nosso relacionamento.

Primeiro, quero mencionar a frequência dos contactos políticos e a densidade normativa.

Este ano o nosso Presidente da República esteve duas vezes em Luanda, o Presidente João Lourenço esteve cá em junho, e tanto o PR como o PM encontram-se com frequência com o Presidente João Lourenço no circuito internacional. Da minha parte estive já três vezes em Angola este ano, estou frequentemente em contacto com o meu homólogo Tété António, e o Secretário de Estado Francisco André viaja com regularidade a Angola e recebemos visitas de angolanos. Só a pandemia trouxe um abrandamento dessa frequência de interação, mas felizmente estamos a recuperar rapidamente.

Nos últimos quatro anos, desde 2018, assinámos mais de 50 instrumentos jurídicos bilaterais, entre os quais:

- Convenção para Evitar a Dupla Tributação (em vigor desde 2019)
- Acordo sobre Transporte Aéreo (em vigor desde 2021)
- Alteração ao Protocolo Bilateral de Facilitação de Vistos (assinado em 2021)
- Acordo de Revisão do APPRI (Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos) (em vigor desde DEZ 2021)
- Está ainda por ratificar por Angola a Convenção sobre Segurança Social

No início de 2023 faremos uma Comissão Mista Intergovernamental para fazer o ponto de situação da implementação destes e muitos outros acordos

Segundo, nada é mais importante do que o contacto entre os nossos povos, e nesse sentido merecem destaque as comunidades num país e noutro.

De acordo com cálculos informais haverá cerca de 110 000 portugueses a viver em Angola, sobretudo na Província de Luanda, mas também na Província de Cabinda e em localidades como Benguela, Lubango, Sumbe e Moçâmedes.

Desde 2021 que temos uma adenda ao Protocolo de Facilitação de Vistos desde 2021 para facilitar a mobilidade

entre os países, e as recentes alterações à Lei de Estrangeiros em Portugal, que foram introduzidas na sequência do Acordo sobre Mobilidade na CPLP, vai facilitar muito a circulação de angolanos em Portugal.

Estamos a prestar especial atenção às Escolas Portuguesas de Luanda e do Lubango, que estão a passar por uma fase de transformação e que são instrumentos muito importantes para a consolidação da comunidade portuguesa em Angola.

Terceiro, o relacionamento económico entre os dois países está passar por uma fase transformativa. Em Angola houve alterações importantes na Lei do Investimento, melhorando as condições para o IDE em Angola.

Portugal tem procurado corresponder ao objetivo de reforçar e diversificar a presença económica portuguesa naquele país, um repto que foi lançado pelo Presidente João Lourenço, porque a diversificação corresponde a um grande objetivo económico angolano.

Entre as potenciais apostas, para além da tradicional área da construção civil, destacam-se os setores agroalimentar, energia, turismo, águas e saneamento e tecnologias de informação. As empresas portuguesas marcam presença em quase todos os sectores da economia em Angola, mas existe ainda muito espaço para a diversificação.

Por fim, umas palavras sobre a cooperação para o desenvolvimento.

O primeiro ponto a sublinhar é que a cooperação bilateral entre Portugal e Angola está alinhada com as prioridades do governo angolano em matéria de desenvolvimento, ajuda humanitária e de emergência.

Havendo sempre que fazer escolhas face a recursos limitados, procuramos concentrar os esforços da cooperação portuguesa em domínios onde há significativas mais-valias, tanto em termos das capacidades ao alcance da cooperação portuguesa como em termos do impacto e efeito multiplicador. Neste sentido cabe realçar os projetos que se concentram nos setores da educação, no sentido mais lato, incluindo capacitação e formação, e da saúde. A telemedicina, que temos vindo a desenvolver com grande sucesso em São Tomé, tem enorme potencial como área de crescimento para a cooperação Portugal-Angola.

Também na agricultura há trabalho muito interessante em curso, nomeadamente o projeto FRESAN: atividades que já abrangeu mais de 7 000 famílias até agora; houve um reforço recente de 10 MEUR em subvenções que permitirá atribuir a organizações da sociedade civil um maior apoio.

Em JUL 2019, tivemos a assinatura do memorando específico do Compacto Lusófono para Angola, que conjuga mecanismos bilaterais de promoção do investimento privado, assistência técnica e capacitação institucional ao maior volume de financiamento disponibilizado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). O Compacto consubstancia-se através de um acordo de garantia de até 400 MEUR, concedida pelo Estado Português ao BAD. A maioria dos projetos até agora submetidos por Angola pertence às áreas agrícolas e energética.

Resumindo, a natureza do relacionamento é multidimensional, complexa e profunda.

Temos significativos desafios pela frente, dos quais destacaria sobretudo a necessidade de melhorarmos os nossos mecanismos de apoio ao investimento em Angola. A nossa expectativa é que as recentes mudanças no Banco de Fomento Português vão permitir outras perspetivas a este respeito.

Mas temos sobretudo condições excelentes, em termos de boa vontade e interesse, em termos de comunidades empenhadas na intensificação do relacionamento, em termos de facilidade de entendimento no plano político, e em termos de instrumentos, sempre em fase de melhoria, para pensarmos sobre “aquilo que nos une” com muito otimismo e entusiasmo em relação ao futuro.